

De *Apóstolo do Brasil* a santo: a consagração póstuma e a construção de uma memória sobre o padre jesuíta José de Anchieta (1534-1597)

*From Apostle of Brazil to Saint: the posthumous consecration
and the construction of memory about Jesuit priest José de
Anchieta (1534-1597)*

Eliane Cristina Deckmann Fleck*

Resumo

O artigo se detém na construção e difusão de certas imagens do missionário jesuíta José de Anchieta por religiosos, historiadores e homens públicos, ressaltando a relação entre a exaltação de sua conduta como precursor da nacionalidade brasileira, guardião da moral e exemplo de santidade e o processo de sua beatificação e canonização, desencadeado logo após sua morte em 1597.

Palavras-chave

José de Anchieta. Biografias. Exemplo de santidade.

Abstract

The article focuses on the construction and diffusion of certain images of the Jesuit missionary José de Anchieta by religious men, historians and public men, highlighting the relation between the exaltation of his conduct as a precursor of Brazilian nationality, guardian of morals and example of sanctity, and the process of his beatification and canonization, started soon after his death in 1597.

* Professora e atual coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos-RS), doutora em História pela PUC-RS, pesquisadora do CNPq. Autora de *Entre a caridade e a ciência: a prática missionária e científica da Companhia de Jesus (América platina, séculos XVII e XVIII)* (São Leopoldo: Oikos, 2014) e organizadora, juntamente com Márcia Amantino e Carlos Engemann, de *A Companhia de Jesus na América por seus colégios e fazendas. Aproximações entre Brasil e Argentina (século XVIII)* (Rio de Janeiro: Garamond, 2015). Contato: <ecdfleck@terra.com.br>.

José de Anchieta. Biographies. Example of sanctity.

Em busca do Santo

Em artigo intitulado “Todo santo ajuda. Com três novos beatos, o Brasil reforça sua presença na fila das canonizações”, divulgado na revista *Veja*, de 21 de outubro de 2007, o jornalista Marcelo Bortoloti esclarecia que a beatificação de três religiosos mártires¹, ocorrida naquele mês, devia-se a um processo de mudança de posicionamento da Igreja Católica² ocorrido a partir do pontificado de João Paulo II (1978-2005)³. À época, segundo o jornalista, existiam, em Roma, 57 pleitos brasileiros por beatificação e canonização⁴ e “um dos casos mais lamentados pelos

¹ De acordo com Cymbalista, a valorização do martírio se dava por guardar semelhança com o sofrimento experimentado por Cristo. A partir da era moderna, houve, inclusive, a circulação de obras que versavam sobre a imitação da trajetória dos últimos momentos de Jesus. A ideia de que esse sofrimento os aproximava dos santos que haviam sido martirizados, garantindo, por consequência, a aproximação com Deus, acabava conferindo grande prestígio ao mártir, por sua condição de modelo a ser seguido. Ver mais em: CYMBALISTA, Renato. *Sangue, ossos e terras: os mortos e a ocupação do território luso-brasileiro*. São Paulo: Alameda, 2011.

² A alta hierarquia católica sempre almejou a beatificação do padre jesuíta José de Anchieta, e, desde a sua morte, se empenhou para isso. Contudo, tal processo se arrastou por mais de 360 anos, uma vez que Anchieta foi beatificado somente a 22 de junho de 1980, por iniciativa de João Paulo II, durante visita realizada ao Brasil, de 30 de junho a 12 de julho de 1980. É importante lembrar que esse papado se caracterizou por uma ampla campanha de atração de fiéis para a Igreja Católica, além de ter eliminado, para a beatificação, a necessidade de comprovação de milagres previstos pelo Código de Direito Canônico. Este seria alterado em 1983, prevendo uma nova categoria de beato: a de católico respeitado pelo conjunto de sua obra, mas não por seus milagres.

³ De acordo com Soares, “a beatificação foi criada há cerca de quatro séculos, e desde então também passou por algumas modificações. Ela surgiu para distinguir os santos, cuja mensagem fosse universal, das personalidades cujos exemplos de vida diziam respeito a contextos menores e locais. No entanto, com o passar dos anos, ela foi se confundido com a própria canonização. Hoje em dia, praticamente não há diferença teológica entre um santo e um beato, existe apenas a determinação de que um deve ser cultuado por toda a Igreja e o outro, apenas por sua família religiosa ou pela cidade, região ou país em que viveu”. SOARES, Hugo Ricardo. *A produção social do santo: um estudo do processo de beatificação do Padre Rodolfo Komórek*. 2007. Dissertação (Mestrado)—Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Unicamp, Campinas, SP, 2007, p. 140.

⁴ É importante ressaltar que tanto para a beatificação, quanto para a canonização, é necessário o atendimento de condições definidas pela Igreja, que “alega que deve haver uma combinação de fatores: os milagres e feitos extraordinários propriamente ditos e a fama de cristão exemplar, ou seja, deve-se ter conhecimento também de feitos que imitem as ações das grandes personalidades do Cristianismo, começando, obviamente, pelo próprio Cristo”. Além disso, um processo formal de canonização somente é instituído quando “existir fama de santidade”, e quando o santo tiver “uma personalidade marcante” e estiver “identificado com um determinado grupo de fiéis”. Esta identificação é tida como

brasileiros é o do padre José de Anchieta⁵, o missionário jesuíta que havia se destacado na catequização nas primeiras décadas da história do Brasil”. De acordo com o jornalista, apesar de processos anteriores, Anchieta havia sido beatificado em 1980, com base em curas milagrosas que teria realizado no passado, sendo que nenhum dos 15 supostos milagres relatados e a ele atribuídos tenha sido suficientemente comprovado.

A associação que, à época (2007), se dedicava a sua canonização investia cerca de 7.000 reais mensais para dar publicidade a sua imagem, distribuindo em torno de 13 mil santinhos, relíquias ou pedaços de roupa para os enfermos, com a esperança de que esses objetos operassem curas que pudessem ser consideradas um novo milagre do “Apóstolo e Taumaturgo do Brasil”⁶. Esse empenho se fez acompanhar de publicações que se dedicavam a apresentar o missionário jesuíta como místico e servo de Deus – desvinculando-o do papel desempenhado na história política colonial – tais como o *Devocionário ao Padre Anchieta*, que se propunha a “resgatar o papel principal e mais importante do Beato Padre Anchieta em nosso meio, o de sacerdote de Cristo e dispensador de suas graças e favores”⁷.

A despeito desses esforços, Madre Paulina e Frei Sant’Anna Galvão – único santo nascido no Brasil – foram canonizados por João Paulo II e Bento XVI – em 2002 e 2007, respectivamente –, enquanto Anchieta permanecia à espera de sua canonização⁸. Situação que se alterou somente

essencial para que o santo continue sempre vivo no imaginário religioso deste hipotético grupo. SOARES, op. cit., p. 122-123; 163-164.

⁵ Chegou ao Brasil na comitiva do segundo governador geral, Duarte da Costa. Foi nomeado superior em São Vicente no ano de 1567, em 1573 lhe é concedido o cargo de superior do Colégio do Rio de Janeiro e, em 1576, se torna reitor do Colégio da Bahia. A partir de 1578, ocupou o cargo mais elevado da ordem no Brasil, o provincialato, que o obrigou a fazer constantes viagens pelas diversas capitanias do Brasil e a produzir obras informativas como a *Informação do Brasil e suas Capitanias* e a *Breve relação das coisas relativas aos colégios e residências da Companhia nesta Província Brasílica*, do ano de 1584, que foram enviadas aos seus superiores em Portugal. Após deixar o cargo de provincial, em 1585, passou a atuar na capitania do Espírito Santo, dedicando-se à conversão dos indígenas. Faleceu em Reritiba, no dia 9 de junho de 1597.

⁶ ASSOCIAÇÃO está à procura de um milagre do padre. In: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 jul. 2003. Cotidiano. A reportagem refere-se à CANAN – Associação Pró-Canonização de Anchieta. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1207200319.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2003.

⁷ O *Devocionário* foi editado pela Loyola, sob o patrocínio da Canan, a Associação Pró-Canonização de Anchieta, criada em 2001 com o objetivo de promover e divulgar a devoção ao beato, a fim de conseguir o esperado milagre necessário a sua canonização. Ver mais em: <www.canan.org.br>.

⁸ Quanto aos trâmites envolvidos num processo de canonização, estes datam de 1588, quando o papa Sixto V cria, através da bula papal “*Immensa Aeterni Dei*”, a “Congregação dos Ritos”, cuja função, entre outras, era a de cuidar das causas dos candidatos a santo

em 3 abril de 2014, quando, por iniciativa do papa Francisco, o padre jesuíta se tornou oficialmente o terceiro santo brasileiro: São José de Anchieta. Até essa data, o padre jesuíta José de Anchieta era beato, título que lhe foi concedido em 1980, pelo papa João Paulo II, após a longa tramitação do processo de beatificação no Vaticano⁹.

Em ensaio publicado na *Folha de S. Paulo*, em 20 de julho de 2014, o historiador Luiz Felipe de Alencastro afirmou que “o destaque dado à canonização dos papas João XXIII e João Paulo II eclipsou a santidade de José de Anchieta, oficializada dias antes, em 3 de abril passado, no Vaticano. Como todo mundo aprendeu na escola, Anchieta é o Apóstolo do Brasil, Fundador de São Paulo, foi ativo na fundação do Rio de Janeiro e de cidades capixabas [e] deixou ainda sua marca na Bahia”¹⁰.

Mas por que, então, pergunta-se Alencastro, “sua beatificação enalçou”? Dentre as possíveis razões estaria o seu “pró-lusitanismo”, pois apesar de ter nascido em Tenerife, nas Canárias – portanto, território espanhol –, teria estudado em Coimbra e atuado na América portuguesa, sofrendo, conseqüentemente, os efeitos das rivalidades entre Madri e Lisboa que teriam se intensificado no século XVII. Já para sua canonização, teriam contribuído o aval da Igreja Católica à “imagem unilateral de defensores dos índios que os inácianos cultivam no Brasil, na Argentina e na América Latina”. Para Alencastro, “interpretação seletiva do passado, a imagem piedosa de santo Anchieta como protetor dos índios e Apóstolo do Brasil inteiro estaria em descompasso com a história de sua época”, na medida em que para poupar os nativos, “como

na Igreja Católica, papel que antes era realizado pelos bispos locais, sem o rigoroso processo burocrático exigido por Roma. De acordo com Jurkevicz, o processo de canonização “assumiu uma forma explícita de um julgamento que contava, de um lado, com um funcionário da Cúria – o Promotor da Fé, ou ‘Advogado do Diabo’ e, do outro, o postulador da causa, isto é, o representante do aspirante a santo”. JURKEVICZ, Vera Irene. *Os santos da Igreja e os santos do povo: devoções e manifestações de religiosidade popular*. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, PR, 2004, p. 126.

⁹ O processo de beatificação de Anchieta foi iniciado, oficialmente, em Roma, no ano de 1624; entre 1634 e 1647 houve a primeira paralisação do processo devido a mudanças na legislação canônica; em 1650, ele foi retomado, e Anchieta recebeu o título de “Servo de Deus”; entre 1668 e 1702, o processo foi interrompido pela segunda vez. Essa paralisação foi solicitada pela Ordem, provavelmente, pela falta de recursos financeiros decorrentes de problemas internos da Companhia de Jesus no Brasil. Em 1736, Anchieta recebeu o título de “Venerável”. Em 1773, devido à extinção da Companhia de Jesus, a causa da beatificação foi interrompida novamente, sendo retomada apenas em 1883.

¹⁰ ALENCASTRO, Luiz Felipe. Santo Anchieta de poucos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 jul. 2014. Ilustríssima. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/07/1487533-santo-anchieta-dos-poucos.shtml>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

todos os missionários do Brasil, Anchieta [...] benz[eu] a escravidão dos negros”¹¹.

Neste artigo, nos propomos a reconstituir o processo de consagração póstuma de José de Anchieta e a identificar as razões para que, em tempos distintos, ele tenha sido apresentado como “apóstolo do Brasil”, “santo símbolo e construtor de nossa nacionalidade” e, ainda, como “taumaturgo que vela pela felicidade de nossa pátria”. Inicialmente, apresentamos a análise de três biografias escritas por também membros da Companhia de Jesus, com o objetivo de evidenciar a construção e difusão de certas imagens sobre o missionário, logo após sua morte¹², para, na continuidade, apontar e discutir a relação existente entre a exaltação de imagens, como a de guardião da moral e exemplo de santidade, e os processos de sua beatificação e canonização, iniciados ao final do século XVI, e concluídos somente no século XX e XXI, respectivamente.

O Anchieta das primeiras biografias

Sabe-se que José de Anchieta deixou Portugal com 19 anos, quando partiu para o Brasil, em 1553. Doente, seguiu a recomendação de buscar os ares saudáveis da América, onde permaneceu por mais de 44 anos. Embora a catequese dos índios tenha sido sua preocupação central, a conduta moral e religiosa dos colonos assumiu importância em seus sermões, cartas e demais trabalhos. Neles, ressaltava a missão providencialista de que estava imbuído e a legitimidade do uso da força contra os infiéis ou hereges que comprometiam o sucesso da empresa da conversão. A concepção política e religiosa medieval – que facultava o uso da força contra os infiéis – era aceita e posta em prática por Anchieta, o que fica evidenciado na sua percepção de que Deus intervinha e agia em favor dos interesses católicos.

A primeira biografia de José de Anchieta foi escrita por Quirício Caxa, que chegou ao Brasil em 1563. Além de ter ensinado Gramática, Teologia e Filosofia, ocupou o cargo de vice-reitor do Colégio na Bahia. Sua obra *Breve relação da vida e morte do Padre José de Anchieta* foi

¹¹ Ibid.

¹² É importante destacar que “La muerte de un jesuita siempre era resaltada en las cartas de edificación, con mayor publicidad para aquellos religiosos que hubiesen gozado de fama de santidad. La vida de un jesuita ‘virtuoso’, una vez desaparecido, se convertía en atractiva para su imitación. Al principio, las defunciones eran anunciadas por las cartas annuas enviadas a Roma. Los mas ilustres y conocidos contaban con sermones que habian sido primero pronunciados en sus honras funebres y despues eran entregadas a la imprenta”. BURRIEZA SÁNCHEZ, Javier. Los jesuitas: de las postrimerias a la muerte ejemplar. *Hispania Sacra*, v. 61, n. 124, p. 523, jul.-dic. 2009.

produzida um ano após a morte do missionário – ocorrida em 9 de junho de 1597 –¹³ por solicitação do provincial Pero Rodrigues. Sua narrativa é simples, direta e sem grandes recursos retóricos. O autor destaca, primeiramente, as origens e a entrada de Anchieta na Companhia de Jesus¹⁴, e segue descrevendo o trabalho de apóstolo entre os índios, referindo alguns episódios que marcaram sua vida, como a prisão entre os tamoios, os cargos ocupados, entre outros momentos considerados importantes da vida do missionário jesuíta. Merecem especial atenção, ao final da obra, as homenagens que os habitantes da capitania do Espírito Santo prestaram a Anchieta por ocasião de sua morte.

A obra de Caxa foi escrita com a intenção de que Anchieta fosse visto como inspiração e exemplo para os padres e irmãos da Companhia. No penúltimo capítulo são destacadas as virtudes de Anchieta, com ênfase na caridade, mansidão, obediência, pobreza, entre outras. Virtudes consideradas essenciais para um bom jesuíta, como se constata nesta passagem:

[...] pois sabemos o caminho por onde foi e os meios de que usou para alcançar tanta virtude e perfeição, ponhamos os pés nas pegadas que ele nos deixou sinaladas, e procuremos ser fiéis a Deus e verdadeiros filhos da Companhia, que sem dúvida por aí iremos parar no lugar onde ele agora está, gozando d'aquela que tantas mercês lhe fez e com tantas bênçãos o proveu¹⁵.

Pero Rodrigues, o autor da segunda biografia de Anchieta, nasceu em Évora, no ano de 1542, e entrou para a Companhia de Jesus em 1556, tendo exercido o cargo de provincial no Brasil de 1594 a 1603. A *Vida do Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus* foi produzida entre os anos

¹³ Da *Breve relação...* existem três cópias manuscritas localizadas na Biblioteca do Porto, na Biblioteca da Ajuda e outra no Arquivo Romano da Companhia de Jesus. O historiador jesuíta Serafim Leite publicará essa biografia, pela primeira vez, em 1934, em função do 4º centenário de nascimento do padre Anchieta. Para fins de análise, recorreremos à oitava edição, que é parte de uma coleção conhecida por Monumenta Anchieta, que reúne as obras completas do padre José de Anchieta. A publicação dessa coleção foi recomendada pelo papa Paulo VI, por ocasião da instituição do “Dia de Anchieta” em 9 de junho de 1965. Essa edição, segundo o padre jesuíta Hélio Abranches Viotti, teve como base a cópia existente no Arquivo Romano da Companhia de Jesus (ARSI), que foi levada para a Europa pelo padre Fernão Cardim, no ano de 1600.

¹⁴ Os seus primeiros biógrafos, Quirício Caxa e Pero Rodrigues, “além de construírem esses fatos como um insuspeitável sinal de eleição e de vocação religiosa, anúncio de sua futura santidade, estavam representando a vida do padre de forma verossímil, conforme as regras do gênero biográfico” à época. Ver mais em: VILAR, Socorro de Fátima Pacífico. *A invenção de uma escrita: Anchieta, os jesuítas e suas histórias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 138.

¹⁵ CAXA, Quirício. *Breve relação da vida e morte do Pe. José de Anchieta*. São Paulo: Loyola, 1988. p. 34.

de 1605 e 1609¹⁶, e buscou ampliar a biografia escrita pelo padre Quirício Caxa, incorporando testemunhos de pessoas que haviam convivido com Anchieta.

Apresentar Anchieta como um exemplo de vida foi, assim como havia sido para Quirício Caxa, um dos objetivos de Pero Rodrigues ao elaborar essa biografia. No entanto, alguns dos livros que integram a obra, sobretudo o terceiro e o quarto, se distinguem pela ênfase que dão às profecias e aos milagres realizados por Anchieta. Enquanto Caxa apresenta alguns desses milagres e profecias num breve capítulo, que recebe o título “Do espírito de profecia que parece que teve”, Rodrigues relata inúmeros exemplos de *experiências milagrosas* em dois livros compostos por nove capítulos cada um. Isso pode ser creditado às fontes utilizadas por Rodrigues, já que, além de se valer das informações que constam na *Breve relação...*, escrita por Caxa, ele acrescenta “cinco feitos de testemunhos autênticos tomados juridicamente em 1602 [...] pelo Administrador Apostólico do Rio de Janeiro e vigários da prelazia, os de São Paulo, Santos, Vitória e Porto Seguro”.¹⁷ Fica evidente, na obra de Pero Rodrigues, a preocupação com esses registros para, através delas, assegurar uma memória sobre as profecias e milagres atribuídos ao *Apóstolo do Brasil*¹⁸.

No século XVII, outros aspectos da biografia de José de Anchieta passaram a ser valorizados, como a sua participação no episódio da expulsão dos franceses da Baía de Guanabara, narrada no Livro Segundo da obra de Simão de Vasconcelos¹⁹. A obra *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*, de Vasconcellos, se divide em dois volumes. O primeiro é formado por três livros, e o segundo, por quatro. Assim como Quirício Caxa e Pero Rodrigues, Vasconcelos segue uma ordem cronológica ao

¹⁶ A versão original manuscrita da obra *Vida do Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus*, escrita pelo jesuíta Pero Rodrigues, entre 1605 e 1609, foi publicada em Salvador, pela Livraria Progresso Editora, em 1955.

¹⁷ RODRIGUES, Pero. *Vida do Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955. p. 43.

¹⁸ Dulce Mindlin constata que “todos os escritos sobre José de Anchieta, principalmente aqueles produzidos por padres jesuítas, [são] detentores de uma irrefutável unanimidade: o Taumaturgo do Brasil, por suas qualidades verdadeiramente ímpares, é um Santo de altar, embora neste momento [século XVII] ainda não reconhecido pelo Vaticano”. Ver mais em: MINDLIN, Dulce Maria Viana. *José de Anchieta: o biógrafo e o biografado*. 1999. Disponível em: <http://us.geocities.com/ail_br/josedeanchietaobiografo.html>. Acesso em: 27 set. 2009.

¹⁹ Simão de Vasconcelos ingressou na Companhia de Jesus em 1615, tendo feito sua profissão solene em 3 de maio de 1636, na Bahia. Foi professor de Humanidades e de Teologia Especulativa e Moral, além de mestre de noviços. Ocupou, também, outros cargos importantes, tais como: secretário da província, procurador geral, vice-reitor do Colégio da Bahia e reitor do Colégio do Rio de Janeiro, sendo que entre os anos de 1655 e 1658 foi o provincial dos jesuítas no Brasil. Faleceu no Rio de Janeiro, em 29 de setembro de 1671.

expor a vida do seu biografado. Enquanto o Livro Primeiro “Contem os anos de sua puerícia, de sua entrada para a Companhia de Jesus, partida para o Brasil e capitania de São Vicente, e do que nestas partes obrou, sendo irmão sem ordens sacras até a era de 1556”,²⁰ o Livro Terceiro do primeiro volume

Contém os anos que governou na capitania de São Vicente como Reitor daquele colégio e das casas de Santos e S. Paulo, anexas, e juntamente os que na mesma capitania continuou por súdito, e as cousas admiráveis, que aí lhe sucederam, até quase o ano de 1578²¹ (grifo nosso).

A obra de Vasconcelos impressiona tanto pela exposição minuciosa, ao descrever detalhadamente as diversas batalhas entre Tamoios e Tupis que resultaram na expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, quanto pela aura mística que confere a Anchieta²². Simão Vasconcelos, diferentemente de Pero Rodrigues, que dedica dois livros de sua obra às profecias e milagres realizados em vida por Anchieta, dá grande destaque aos fenômenos sobrenaturais que acompanharam a trajetória de Anchieta desde a sua infância e aqueles que não cessaram com a sua morte²³. Essa interpretação é justificada pelo autor no seguinte trecho do Livro Terceiro de sua obra:

²⁰ VASCONCELOS, Simão de. *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. p. 7.

²¹ VASCONCELOS, op. cit., p. 139. Na análise de Socorro Vilar, a obra *Vida do Venerável Padre José de Anchieta* apresenta caráter profundamente apologético, razão pela qual serviu aos interesses do processo de beatificação do missionário. “Utilizada indistintamente como fonte histórica durante o século XIX, tem sido quase impossível separar o discurso histórico do hagiográfico: os ‘fatos’ dos prodígios, os ‘documentos’ das contingências que os produziram. Essa confusão entre os discursos possibilitou, por um lado, a utilização da imagem de Anchieta por uma elite que a cultua, e que lançará mão dela, toda vez que a Igreja se encontrar ameaçada seja pelo regalismo, pelo positivismo, protestantismo ou comunismo.” VILAR, op. cit., p. 133.

²² A obra *Crônica da Companhia de Jesus*, de Simão de Vasconcelos, assume essa característica, conferindo “às figuras de Nóbrega e Anchieta e à Companhia de Jesus maior dignidade [...] À vida dos jesuítas associam-se milagres, profecias, virtudes, maravilhas, curas, intervenções e domínio da natureza, elementos desprezados quando da utilização da ‘fonte’ pelos românticos. Afinal, de Anchieta e dos jesuítas interessam as virtudes menos no seu aspecto extraordinário, do milagre e do prodígio, do que moral”. VILAR, op. cit., p. 53.

²³ É bastante oportuna a reflexão feita por De Certeau de que se deve considerar “a máxima de que, na vida de um santo é ‘na infância [que] se reconhece a efigie póstuma’”. CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 269. Foi em razão disso que os “descendentes [de Anchieta], ainda no século XVII, passaram a ler, na certidão de batismo do parente, alguns sinais que apontavam para a eficiência do seu batismo, principalmente, através da nobreza e prestígio religioso de seus padrinhos, cuja escolha serviu por muito tempo para ratificar a sua ‘origem nobre’, freqüentemente referida como a ‘fonte divina [da] sua ação e da heroicidade de suas virtudes’, matéria comum a todos os santos. [...] Os arranjos feitos a partir desses dados ajudaram a ocultar

[...] àqueles santos que mais assinalados foram no trato familiar com Deus, por meio de alta contemplação, costuma o Senhor falar por modos sobrenaturais desusados, não entendidos dos outros homens, a saber, por visões, revelações, profecias em prova de sua particular amizade [...]. *Quem ler com atenção esta história, não pode deixar de admirar-se da facilidade dos modos sobrenaturais, desusados, com que Deus interiormente falava e comunicava a seu servo José, qual amigo familiar a outro, mostrando-lhe as causas ocultas, presentes, passadas e futuras, ainda do mais interior do coração dos homens*, tão ordinária e facilmente, que somos forçados a cuidar, que sempre estava com ele, em seus colégios, em seus caminhos, onde quer que fosse ou estivesse, e que trazia este grande servo seu, como a vinculada à onipotência divina para obrar prodígios²⁴ (grifo nosso).

O Livro Sexto é, em razão disso, todo dedicado à exposição de milagres operados através do contato com alguma relíquia de Anchieta. Em relação às fontes documentais utilizadas na elaboração desse livro, Vasconcelos esclarece: “Tudo o que disser, será tirado de processos autênticos, ou dos que foram originados por ordem na santa sede apostólica, em ordem à sua canonização, ou doutros processados nos tribunais dos bispos e ordinários.”²⁵

É importante destacar que, para os membros da Companhia de Jesus, a memória “se configurava como uma das exigências institucionais para a ‘ajuda das almas’”. Dentre as exigências previstas nas Constituições da Companhia de Jesus estava a de que, “além das faculdades da inteligência e da vontade”, o postulante demonstrasse “a capacidade de aprender e fidelidade para reter o que se aprende”. Para garantir a unidade da Companhia, Inácio de Loyola agregou a orientação de que os missionários deveriam relatar e compartilhar suas experiências missionárias, pois “lo que se escribe es aún mucho mas de mirar que lo que se habla; porque la escritura queda, y da siempre testimonio, y no se puede así bien soldar ni glosar tan facilmente como quando hablamos”²⁶. A prática epistolar, em razão disso, além de minimizar os efeitos da dispersão dos missionários a serviço do apostolado em “terras de missão”, constituiu-se em forma bastante eficiente de aplicação das capacidades de “reter o que se aprende” e de recordar²⁷.

Mas a Ordem não se limitou à prática epistolar para o atendimento da orientação de “glosar y dar siempre testimonio”, recorrendo a outras

a origem cristã-nova do jesuíta, pouco conveniente às aspirações de sua beatificação”. VILAR, op. cit., p. 142.

²⁴ VASCONCELOS, op. cit., p. 142.

²⁵ Ibid., p. 153.

²⁶ LOYOLA, San Ignacio de. *Obras Completas*. Transcripción, introducción y notas de Ignacio Iparraguirre y Candido de Dalmases. Madrid: BAC, 1963. p. 686.

²⁷ Ver mais em: EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000. p. 19.

estratégias para a instituição de suportes de memória, tais como as crônicas, as biografias e as sínteses históricas elaboradas por historiadores oficiais ou não. Em todos estes gêneros narrativos, independentemente da sua função primordial ou destinação, constata-se o recurso à consagração póstuma, que consiste na destinação de um indivíduo de exemplar devotamento ao que poderíamos denominar de “templo da memória”. Ao destacar as virtudes do morto e silenciar sobre suas imperfeições – recorrendo a um procedimento seletivo de “esquecimento” –, tanto as biografias quanto os necrológios dos mais destacados jesuítas se caracterizam por exaltar a exemplaridade de suas condutas, que deveria ser recordada e imitada.²⁸

De acordo com Dulce Mindlin, as primeiras biografias de Anchieta foram produzidas a partir de um determinado gênero literário, o hagiográfico, sendo, por isso, mais apropriado falar em *Vidas* do que propriamente em *Biografias*. As biografias de Anchieta, segundo ela, se aproximam das “demais vidas de santos da Igreja Católica, especialmente, por seu caráter de exemplaridade, cujos resultados catequéticos eram os mais evidentes: a ênfase nas ações diretas, a simplicidade da linguagem, a ausência de ambigüidades, a tentativa de fazer a linguagem representar de fato a vida do biografado”.²⁹

Socorro Vilar, por sua vez, observa que as biografias eram construídas sob rigorosa seleção erudita de documentos e buscavam a “verdade” e a “autenticidade”, tentando reduzir os elementos considerados “folclóricos” que compunham a vida do santo, procurando, assim, imprimir certa “exatidão” histórica à vida narrada. Nas *Vidas*, ao contrário, o que prevalece é o caráter edificante, o testemunho contemporâneo e a divulgação dos que morreram “em odor de santidade”.

Vale lembrar que a hagiografia foi considerada, a partir do século XVII, a “região onde, localizados no mesmo lugar e condenados juntos, pululam o falso, o popular e o arcaico”. Essa distinção, contudo, não implicava na ausência, nas *Vidas...*, de elementos considerados fundamentais para o gênero hagiográfico. É o que vemos na *Vida do Venerável José de Anchieta*, de Simão de Vasconcelos, escrita em 1672. O autor já o consagrava como santo, pelo fato de ter utilizado os Processos de Beatificação, tomados enquanto “autênticos” e reveladores de “exatidão” histórica³⁰.

²⁸ Segundo Maurice Halbwachs, a memória retém do passado apenas o que “é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém”. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p. 81.

²⁹ Ver mais em MINDLIN, op. cit.

³⁰ VILAR, op. cit., p. 18-19.

Se as primeiras biografias sobre o jesuíta José de Anchieta – mais especificamente as produzidas pelos padres Quirício Caxa, Pero Rodrigues e Simão Vasconcelos – tiveram como principal motivação a reconstituição da vida virtuosa do jesuíta para que ela servisse de exemplo para outros membros da Companhia de Jesus, as obras publicadas nos séculos seguintes evidenciaram outros objetivos, como o da divulgação de suas profecias e milagres, visando a sua beatificação e canonização, e o da construção e difusão de uma imagem heroica do missionário jesuíta.

Como bem observado por Dulce Mindlin, “são incontáveis as biografias do Taumaturgo”. Em todas elas se constatará a presença de elementos que as aproximam das tradicionais hagiografias: “a ênfase no apelo do Santo às virtudes teologais (fé, esperança e caridade), às virtudes morais (justiça, prudência, estoicismo, temperança) e às especificidades puramente religiosas e jesuíticas (votos de pobreza, castidade e obediência). Em destaque, sempre, a descrição de seus milagres [que] pode levá-lo à canonização. As biografias serão, neste caso, testemunhos poderosos em todo esse processo.”³¹

De missionário a beato: o longo processo de beatificação de Anchieta

A *Causa* da beatificação de José de Anchieta teve início com a entrega do “Processo Informativo do Rio de Janeiro”, elaborado entre 1602 e 1603, que contava com “Cinco Feitos de Testemunhas Autênticas”, ao então provincial padre Pero Rodrigues. Em 1618, a Congregação Provincial dos Jesuítas do Brasil, reunida no Colégio da Bahia, formulou um “Postulado”, no qual solicitava ao padre geral Múcio Vitelleschi que fosse providenciada a “Introdução da Causa”. Entre 1620 e 1623, os primeiros “Processos Diocesanos” foram remetidos a Roma, para, posteriormente, serem iniciados os “Processos Apostólicos”, os quais não chegaram a ser examinados, pois a reforma da legislação canônica sobre os “Processos das Causas dos Santos” já estava sendo preparada.

Em 1634, o papa Urbano VIII decretou que o processo de beatificação poderia ser somente cinquenta anos após a morte do candidato, a fim de eliminar qualquer influência pessoal no processo³². Em 1642, o papa proibiu a “prática devocional dedicada a candidatos à santidade. Enquanto a santidade do candidato não fosse provada, o

³¹ Ver mais em MINDLIN, op. cit.

³² MOUTINHO, Murilo. *A causa de beatificação do Pe. Anchieta*. São Paulo: Edições Loyola, 1980. p. 13.

culto público a sua pessoa era ilegítimo sob um ponto de vista teológico, portanto, proibido”³³.

A *causa* seria retomada por decreto do papa Inocêncio X, de 10 de fevereiro de 1652, com a instauração de um processo que deveria comprovar a não existência de culto público. O processo seguiu sem interrupções até 1668, quando a própria Companhia de Jesus encaminhou “Postulação Geral”, requerendo a suspensão, o que, segundo o padre Murillo Moutinho, decorreu da “falta de recursos financeiros para as pesadas despesas processuais em vista da má situação financeira em Portugal e Brasil, após as guerras contra Holanda e Espanha [...] ao desastrado reinado de Afonso VI [...] aos problemas internos da Companhia de Jesus no Brasil”³⁴.

Em 1702, os 14 processos anteriores, acompanhados de cartas remissórias, foram enviados a Roma, o que, no entanto, não impediu as inúmeras prorrogações até 1726, quando foram validados novos milagres e os que já haviam sido considerados nos anos anteriores. Em 10 de agosto de 1736, o papa Clemente XII reconhecera a *santidade* de Anchieta, mediante o “Decreto das Virtudes em Grau Heróico Praticados pelo Venerável Servo de Deus o Padre José de Anchieta”³⁵. Contudo, de acordo com o direito canônico vigente no período, para a sua beatificação faltava a aprovação de dois milagres e de mais dois outros para a sua canonização. No Brasil, esmolos para a *causa* da beatificação continuaram a ser recolhidas em meio às notícias de milagres obtidos com preces dos devotos e com a aplicação das relíquias de Anchieta.

A 3 de setembro de 1759 seria decretada a expulsão dos jesuítas de Portugal e de seus domínios, provocando a prisão e a deportação dos religiosos, bem como o confisco dos bens da Ordem, dentre os quais se encontravam um exemplar manuscrito das *Vidas dos Padres e Irmãos falecidos no Brasil*, escrito por Anchieta, e algumas de suas poesias. Por ordem de Pombal, ministro de D. José, os ossos de Anchieta foram colocados “num bauzinho de jacarandá em que estão quatro ossos inteiros, das canelas, braços e pernas do Venerável Padre Anchieta”, que seguiu no mesmo navio que transportou os religiosos expulsos³⁶.

Tal como os ossos – que, após terem se extraviado, foram recuperados somente em 1964 – a *causa* da beatificação de Anchieta precisou aguardar pelas últimas décadas do século XIX para ser

³³ SOARES, op. cit., p. 139.

³⁴ MOUTINHO, op. cit., p. 14.

³⁵ O Padre Anchieta foi declarado *Venerável* pelo papa Clemente XII, em 10 de agosto de 1736.

³⁶ MOUTINHO, op. cit., p. 14.

retomada³⁷, concomitantemente à divulgação da obra *Vida do Venerável Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus*, escrita por Charles Sainte Foy, em 1878³⁸. No prefácio, o autor não apenas critica a visão detratora existente sobre a Companhia de Jesus, como reafirma a importância da contemplação e da santidade para os membros da Ordem:

Semelhante erro em relação à Companhia de Jesus, procede em França, do pequeno numero de vidas religiosas que da mesma se tem publicado: apenas se conhece a vida daquelles seus religiosos que por decreto da Igreja receberam as honras dos altares; e ainda assim, em suas histórias, só se teve em vista a parte que respeita à vida activa, omitindo a íntima e mystica que se refere à contemplativa³⁹ (grifo nosso).

Essa percepção sobre a Ordem e seus membros fica evidente na biografia que Sainte Foy escreveu sobre Anchieta, na qual o apresenta como

[...] homem incomparável que soube tão bem unir a vida mais activa à mais sublime contemplação, e cuja longa carreira é um tecido de contínua oração e milagres que, há menos de três séculos, nos fazem lembrar os maiores *thaumaturgos dos primitivos tempos da Igreja* [...] As feras mais indômitas em presença delle [Anchieta] esqueciam a ferocidade, e lhe faziam festa como criados a seu bom amo: as mesmas plantas, a seu modo, proclamavam-lhe a *sanctidade e o poder*, estremecendo com veneração sancta à sua passagem, e como que acarinhando os pés que as pisavam [...] (grifo nosso).

Empenhado em salientar a “santidade” do jesuíta, o autor escreve o capítulo XXI, intitulado “Milagres operados pelo P. Anchieta depois de sua morte”:

Ora, ainda depois de sua morte, não deixou o P. Anchieta de exercer esta sua virtude sobrenatural: *só a invocação de seu nome tem bastado para que os seus devotos fiquem livres das mordeduras de serpentes venenosíssimas*. [...] Tal era a virtude que Deus dera a seu Servo, *que quantos objectos lhe tivessem pertencido, operavam milagres: seus ossos, suas vestes, sua imagem, seu nome, ou uma simples assignatura sua, obrava maravilhas*⁴¹ (grifos nossos).

Para atestar o reconhecimento, pela Igreja, das virtudes do jesuíta, Sainte Foy incluiu o “Decreto de Beatificação e Canonização do Venerável

³⁷ Cabe ressaltar que a Restauração da Companhia de Jesus – mediante a bula “Sollicitudo Omnium Ecclesiarum”, do papa Pio VII –, em 1814, possibilitou a retomada do processo de beatificação de Anchieta.

³⁸ A tradução da obra de Sainte Foy – feita por um tradutor anônimo – é dedicada ao então bispo de São Paulo, D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho.

³⁹ SAINTE FOY, Charles. *Vida do Venerável Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus*. São Paulo: Editora Jorge Seckler, 1878. p. 11.

⁴⁰ SAINTE FOY, op. cit., p. 11-12.

⁴¹ SAINTE FOY, op. cit., p. 222.

Servo de Deus, José de Anchieta, sacerdote e religioso professo da Companhia de Jesus⁴²:

Aos trinta e um de Julho do corrente anno de 1736, em presença de Nosso Sancto Padre o Papa Clemente XII, teve logar a Congregação Geral dos Ritos na qual o *Reverendissimo Senhor Cardeal Imperiali propoz a causa de beatificação e de canonização do Venerável Servo de Deus, o P. José Anchieta, religioso professo da Companhia de Jesus*. [...] Depois do que, chamando Sua Sanctidade, neste dia, consagrado a S. Lourenço, ao Reverendo Padre Luiz de Valentibus, Promotor da fé, e a mim, Secretário abaixo assignado, ordenou que se desse resposta affirmativa à dúvida proposta, e que se declarasse: Constar das virtudes do Venerável Servo de Deus, José Anchieta, *em grao heróico*, no caso e para o effeito de que se tracta, tanto das Virtudes theologaes, a saber: fé, esperança e caridade; como das cardeaes, prudência, justiça, fortaleza e temperança.

Passado a 10 de Agosto de 1736

A. F. Cord. Zondadari, Pref.

T. Patriarcha de Jerusalém

Secretário da Sagrada Congregação dos Ritos⁴³ (grifos nossos).

Dentre outras iniciativas tomadas em prol da beatificação ao final do século XIX, merecem destaque a do bispo de Olinda, Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, e da princesa Isabel, que chegou a enviar carta ao papa Pio IX, na qual ressaltava os “atos de caridade heróica” e os milagres de José de Anchieta⁴⁴. Em 1897, o Episcopado Brasileiro também dirigiu carta ao papa Leão XIII, na qual referia-se ao jesuíta como “*Apóstolo e Taumaturgo do Brasil*” e “*Padroeiro da Nação Brasileira*” e solicitava a sua beatificação. Foram também proferidas várias conferências públicas, dentre as quais destacamos “São Paulo no tempo de Anchieta”, por Theodoro Sampaio, e “Sublimidade moral de Anchieta. Exposição e análise do processo da sua beatificação”, pelo cônego Manuel Vicente

⁴² Esse decreto é resultado de um processo que se iniciou no começo do século XVII, com a solicitação de beatificação e canonização feita pelos padres jesuítas da Bahia à Santa Sé.

⁴³ SAINTE-FOY, op. cit., p. 225.

⁴⁴ A carta enviada pela princesa Isabel ao papa Pio IX diz: “*Santíssimo Padre: À presença de Vossa Santidade levam os Bispos deste Império uma súplica que, posso dizer, não é exclusivamente sua. Pedem a canonização do Padre Anchieta e eu com eles me uno para obtê-la de Vossa Santidade. A vida desse missionário, tão cheia de atos de caridade heróica e de milagres, não é conhecida somente no Brasil; mas aqui onde ele derramou os benefícios de sua palavra e de seu exemplo é mais viva do que em qualquer outra parte a memória de suas virtudes e daí vem a esperança que todos nutrem de ver atendida pelo Chefe da Igreja a rogativa daqueles prelados. Queira pois Vossa Santidade resolver que é lícito ao Católicos Brasileiros venerarem em seus altares a imagem de tão santo varão. Queira também Vossa Santidade lançar sua apostólica benção sobre mim e minha família e sobre a nação brasileira. De Vossa Muito obediente filha Izabel, Princesa Imperial Regente, Palácio, em 11 de julho de 1877*”. Apud SALGADO, Cesar. A causa de beatificação do padre José de Anchieta. In: *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 jun. 1965.

da Silva, durante o *transcurso* das comemorações *alusivas a mais um centenário de morte de Anchieta*.

Em 1898, foi retomado o “Processo de Milagres” e encaminhada solicitação de sua beatificação pelo Episcopado da América Latina. Dois anos depois, seriam abertos “Processos Apostólicos” sobre os milagres que, após avaliação, foram indeferidos em 1910. Quatro anos depois, em 1914, no I Congresso de História Nacional, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Companhia de Jesus e José de Anchieta seriam alvo da atenção dos confrades, que ressaltaram o importante papel que desempenharam na construção de uma identidade nacional fortemente assentada em valores morais e religiosos. Em 1922, as comemorações do quarto centenário do Descobrimento do Brasil oportunizaram nova manifestação dos apoiadores da *causa da beatificação* – cultores e devotos de Anchieta –, em virtude da demolição da antiga Igreja dos jesuítas, instalada no Morro do Castelo.

Independentemente desses esforços feitos por intelectuais e religiosos, a reformulação do Código de direito canônico, ocorrida em 1917, havia determinado que a fase inicial do processo de beatificação deveria ser realizada pelo bispo local, a quem caberia “fazer uma busca de todos os escritos do candidato e abrir dois processos: um sobre a vida e os feitos – e o martírio caso este houvesse – do servo de Deus e outro sobre a ausência de culto público devotado a sua pessoa”⁴⁵. Treze anos depois, em 1930, o papa Pio XI criou a Seção Histórica da Congregação dos Ritos, órgão que ficaria encarregado das *causas* em que a inquirição de testemunhas vivas já não era possível⁴⁶.

Na década de 1930, o IHGB promoveu um ciclo de conferências sobre o “Apóstolo do Brasil”, do qual resultou uma publicação, organizada por Max Fleiuss, que reuniu ilustres convidados, como Celso Vieira⁴⁷, o conde Afonso Celso, o poeta Jorge de Lima e o jesuíta e fundador da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, padre Leonel Franca.

⁴⁵ SOARES, op. cit., p. 141-142.

⁴⁶ Soares, contudo, alerta que esta “*Congregação Para as Causas dos Santos*” só surgiu como uma entidade dotada de estrutura própria em 1969 com a Constituição Apostólica ‘*Sacra Rituum Congregatio*’ promulgada pelo Papa Paulo VI. Com esta mesma Constituição Apostólica, a nova Congregação passou a ser constituída por três departamentos: o judicial, o do promotor geral da fé e o histórico-jurídico”. SOARES, op. cit., p. 142.

⁴⁷ Foi por ocasião do quarto centenário de nascimento de Anchieta, que Celso Vieira, em conferência proferida no IHGB, assim se manifestou: “A catástrofe marxista, descristianizando milhões de almas, a indisciplina das massas, o furioso anseio de nivelamento no caos, a preponderância multiforme da técnica, a idolatria bárbara da força e a revivescência ditatorial do absolutismo sem Deus tornaram o século XX ainda mais perigoso que o século XVI à cristandade.” Ver mais em: VIEIRA, Celso. O misticismo de Anchieta. In: FLEIUSS, Max (Org.). *Anchieta*. Porto Alegre: Globo, 1935. p. 136.

Nesse mesmo período, a própria Companhia de Jesus empenhou-se em publicar documentos referentes ao século XVI:

Naquele momento, ressaltavam-se os aspectos positivos nos escritos do século XVI – entre eles a falta de idealização e a contemporaneidade com que se narravam os fatos primitivos da história do Brasil – com vista a adequá-los à nova imagem dos jesuítas, dos fundadores da nacionalidade brasileira. Essa imagem, embora tenha sido elaborada no século XIX, passou a ser difundida através de comemorações, das sucessivas publicações das suas cartas e documentos, que passaram a ser tomados como ‘*as primícias da Historiografia brasileira*’.⁴⁸

O quarto centenário do nascimento de Anchieta, em 1934, e o quarto centenário da Fundação da Companhia de Jesus, em 1939, estimularam uma série de comemorações e solenidades, em que foi reforçado “o milagre da continuidade da fama da santidade” de Anchieta, “um elemento de excepcional valor para consolidar a nacionalidade”.⁴⁹ Pelo Decreto nº 23.941, de 1º de março de 1934, assinado por Getúlio Vargas, o dia 19 de março foi declarado:

feriado nacional [...] data do IV Centenário do nascimento do *Venerável* Padre José de Anchieta [...] cuja vastíssima obra de missionário cristão lhe valeu o significativo título de Apóstolo do Novo Mundo [...] são justificadamente merecidas todas as homenagens prestadas pela Nação, à memória do grande missionário, a quem deve o Brasil o seu primeiro e mais forte impulso civilizador [...] sua obra de instrução teve notável influência na formação da nacionalidade [...]”⁵⁰.

No mesmo período, muito contribuiu para consolidar essa imagem de Anchieta a descoberta de um

manuscrito autógrafo do poema à Virgem, “provando”, definitivamente, que o poema era de Anchieta. Até aquele momento, a única cópia conhecida era a que fora publicada na *Crônica* de Simão de Vasconcelos (do século XVII), portanto, “pouco digna de crédito”. O achado foi importantíssimo para a elaboração, em 1940, de uma edição “moderna” do poema, assim chamada pelo padre Armando Cardoso que a preparou. [...] Legitimada a autoria de Anchieta passou a ser “difícil falar de Anchieta e não lembrar da figura esguia escrevendo [o poema] nas areias da praia [...]”.⁵¹

Também por iniciativa de Getúlio Vargas, através do decreto-lei nº 5.123, de 21 de dezembro de 1942, foi transferido

⁴⁸ VILAR, op. cit., p. 125. Grifo nosso.

⁴⁹ MOUTINHO, op. cit., p. 27. É preciso ressaltar que o apelo à moral e à defesa do território eram próprios do projeto nacionalista do governo varguista.

⁵⁰ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23941-1-marco-1934-513595-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 27 set. 2009.

⁵¹ VILAR, op. cit., p. 126; 131.

gratuitamente à Sociedade Brasileira de Educação, para o fim de construção da 'Casa de Anchieta', o domínio pleno do terreno nacional interior [...] situado na Capital Federal, e dá outras providências. [...]. O terreno [...] será exclusivamente utilizado para a construção da Casa de Anchieta, destinada ao culto dos grandes vultos da Companhia de Jesus, que, no Brasil, se consagraram à catequese e à educação dos indígenas⁵².

A vida do missionário jesuíta Anchieta voltaria a ser tema de debates durante o XXXI Congresso Internacional de Americanistas, realizado em São Paulo entre 23 e 28 de agosto de 1954. Na ocasião, houve um acalorado debate entre Serafim Leite⁵³ e o historiador espanhol Salvador López Herrera acerca da primazia de Antônio Rodrigues sobre José de Anchieta na educação e catequese dos índios de São Paulo. Para comprová-la, Herrera teria apresentado duas cartas, até então inéditas, de Anchieta, sendo que em uma das delas, escrita em agosto de 1554 e dirigida ao geral Inácio de Loyola, o missionário teria informado que se dedicava a ensinar os meninos a ler, escrever e cantar.

Nesse mesmo ano, foi divulgada, pela Companhia Editora Americana, a primeira edição da obra *Anchieta*, escrita por Joaquim Thomaz – jornalista, comendador do papa e cavaleiro das Palmas Acadêmicas, da Academia Francesa. A segunda foi lançada pela Biblioteca do Exército, em 1981, um ano após a beatificação de Anchieta. O prefácio, assinado pelo padre jesuíta Pedro Velloso, ressalta a “esmerada formação humanística” de Anchieta, destacando suas habilidades como

poeta popular ao contato das nações selvagens; [como] orador, que argumenta com autoridade e evangelizador, que cativa pela suavidade [e que] no trato com as autoridades, mostra-se diplomata consumado, ao passo que brilha diante de indígenas pela sua amabilidade; dotado de uma enérgica vontade, reveste-se sempre de humilde submissão à graça divina. Nos seus quarenta e quatro anos vividos no Brasil, uma atmosfera religiosa envolve todos os seus

⁵² Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-5123-21-dezembro-1942-415232-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 27 set. 2009. O apoio governamental à *Causa* não se restringiu aos anos 1960, podendo ser constatado na inauguração de espaços públicos e monumentos e, ainda, no financiamento da produção de filmes e documentários nas décadas seguintes. Neste sentido, vale destacar o Museu Anchieta, instalado no Pátio do Colégio, em São Paulo, em 1979, e o monumento a Anchieta, erguido em Ubatuba, inaugurado em 1997, ano do quarto centenário de morte do jesuíta, o lançamento do filme *Anchieta, José do Brasil*, de 1977, e, também, a confecção de moedas e de selos durante a campanha de sua beatificação, em 1980, e por ocasião do quarto centenário de sua morte, no ano de 1997.

⁵³ Serafim Leite nasceu em Portugal, em 1890, e faleceu em 1969. Veio ao Brasil, ainda menino, e aos 15 anos ingressou na Companhia de Jesus. Por indicação do Provincial da Ordem no Brasil foi incumbido de escrever a “História da Companhia de Jesus no Brasil”, produzida entre 1938 e 1950. Para ele, o primeiro mestre-escola teria sido o padre Antônio Rodrigues, e não o padre José de Anchieta.

passos. Nem os fatos miraculosos e às vezes lendários faltam ao taumaturgo, para completarem o quadro sublime em que se movia Anchieta⁵⁴.

No capítulo 13, Thomaz narra os últimos momentos de vida de Anchieta:

Naquele dia triste, um domingo, o sino da igreja de Reritiba começou a *tanger a finados* pela alma do santo José. As folhas do calendário marcavam uma data melancólica: 9 de junho de 1597 [...] O sol ia glorioso procurando galgar o zênite quando o coração do santo, num último acorde de bondade, estalou⁵⁵.

No capítulo seguinte, ele descreve o “funeral do Taumaturgo”, do

Caraibebé – o homem de asas – o homem que andava com a ligeireza do pássaro, não podia senão possuir um corpo de pluma. Conduzi-lo tornava-se enlevo, uma consolação. A carga não magoava os ombros. Nas etapas noturnas o corpo exalava não o odor da decomposição, antes um cheiro balsâmico, como se as emanações da floresta se condensassem a envolvê-lo num halo protetor e suave⁵⁶.

Na continuidade, Thomaz descreve o traslado dos ossos de Anchieta:

O corpo de José ficou no adro da igreja esperando a oportunidade de ser levado ao largo. Aconteceu, porém, que durante mais de um mês ficaram os da comitiva ali apoquentados a vigiar vento propício, o que causava excessivas despesas à Casa, que era pobre e tinha que sustentar o Visitador e demais companheiros. *Enfim, um dos sacerdotes objetou ser de bom aviso transportar-se desde logo os ossos de José para bordo, pois tal fato com certeza surtiria benéficos efeitos. E, em verdade, mal o corpo subiu, cessou o mau tempo, acalmou-se o oceano e pôde o navio se fazer de vela*⁵⁷ (grifos nossos).

Nas últimas páginas do livro, o autor afirma que Anchieta teria sido “o nosso Santo, o Santo do Brasil, o seu primeiro taumaturgo, o modelo dos heróis evangélicos que produzimos no período da colonização [...]. Sem dúvida, ele, subirá à Glória!”⁵⁸.

Iniciativas como a doação de um monumento – uma estátua de Anchieta a ser instalada na Praça da Sé – pela Sul América Companhia de Seguros e o apoio diplomático e financeiro prestado pelo Ministério das Relações Exteriores ao padre jesuíta Helio Viotti, promotor da *causa de beatificação* de Anchieta para o levantamento dos antigos processos

⁵⁴ VELLOSO, Pedro. Prefácio. In: THOMAZ, Joaquim. *Anchieta*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. p. 14.

⁵⁵ THOMAZ, op. cit., p. 194.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 197.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 204.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 208-211.

de canonização e de toda a documentação anchietana conhecida em arquivos europeus e nas Ilhas Canárias, parecem atestar que a “fama de santidade” também teria seus postuladores entre leigos, que, em 1962, fundariam o Movimento Nacional Pró-Canonização do Venerável Padre Anchieta.

Entre 1963 e 1965, o empenho pela beatificação se intensificou, com o lançamento da Campanha Anchietana – divulgada nos *Diários Associados*, em estações de rádio e televisão –, o envio da “Carta Postulatória da Beatificação”, pelo presidente João Goulart, e a audiência do senador Danton Jobim com o papa Paulo VI. O decreto de 18 de janeiro de 1965, que instituiu o “Dia de Anchieta”, deve ter renovado as esperanças de religiosos e de leigos católicos na obtenção do apoio político e, principalmente, de financiamento para a dispendiosa *causa* da beatificação. A inauguração de monumentos, o financiamento da produção de documentários e a proposição de palestras e sessões cívicas realizadas nas escolas públicas podem ser interpretados como uma forma concreta de apoio à *causa*, na medida em que contribuíam para difundir uma imagem de Anchieta em sintonia com o propósito de sua beatificação.

As comemorações do “Dia de Anchieta” foram planejadas pela Comissão Nacional, nomeada pelo marechal Castelo Branco e composta por Júlio de Mesquita Filho, como presidente, Aureliano Leite, Eurípedes Simões de Paula, João Fernando de Almeida Prado, César Salgado, Mário Neme e Lúcia Falkenberg. Dentre as tarefas da comissão estavam as de promover um *ciclo de palestras* alusivo ao missionário jesuíta, com a colaboração de intelectuais brasileiros e historiadores e ensaístas espanhóis; promover um *concurso literário*⁵⁹; patrocinar o traslado de uma relíquia de Anchieta, vinda de Roma e, ainda, a edição das obras completas de José de Anchieta.

Dentre as inúmeras atividades culturais promovidas pela Comissão Nacional, destacamos o Congresso Anchietano e o Ciclo de Conferências sobre a Vida e Obra do Padre Anchieta. Este último evento teve a conferência de abertura proferida por Pedro Calmon, reitor da Universidade do Brasil, e prosseguiu nos dias seguintes com as palestras do almirante espanhol Julio Guillen; do padre Francisco Mateos e do professor Salvador Lopez Herrera; do monsenhor José Conceição Paixão, pela Associação dos Cavaleiros de São Paulo; do professor Julio Garcia Morejon, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade

⁵⁹ Esse *concurso literário*, promovido pela Comissão Nacional encarregada das comemorações do Dia de Anchieta, recebeu um grande número de biografias, que, em sintonia com os propósitos de seus integrantes, se caracterizaram por reforçar a religiosidade e a virtude moral do jesuíta José de Anchieta.

de São Paulo; do Dr. César Salgado, pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, e do padre Hélio Abranches Viotti, representando a Companhia de Jesus.

Os textos do jesuíta espanhol Francisco Mateos e do professor Salvador López Herrera limitam-se a expor cronologicamente a vida do missionário. Enquanto Mateos se detém na genealogia de Anchieta, dando uma especial atenção a sua descendência de cristãos-novos – por parte de mãe –, Herrera destacou que o jesuíta “Debe de ser conocido y admirado, porque la cruz de Anchieta simboliza sacrificio, abnegación, heroísmo”⁶⁰.

Em “Anchieta e as primeiras famílias de São Paulo”, o padre jesuíta Hélio Abranches Viotti reconstitui, primeiramente, a história de São Vicente no século XVI para, então, passar a tratar de Anchieta:

Se destacou nesse ministério a atuação e o exemplo do Venerável Padre José de Anchieta. *O Brasil todo, de Itamaracá a Itanhaém, se edificou com a sua passagem.* Maiores benefícios de seu ministério sacerdotal [...] receberam a Bahia, o Rio, o Espírito Santo e, sobretudo, São Vicente. *Nada mais houvesse, teria bastado o espetáculo de sua vida, de sua santidade carismática para causar nestes lugares a mais benéfica impressão*⁶¹

Mais uma vez, Anchieta é apresentado como responsável pela garantia da unidade territorial, pois “o Brasil todo se edificou com a sua passagem”, em especial, através do exemplo de “sua santidade carismática”, da moral e dos valores familiares que defendia. A relação entre o momento político que o país atravessava após o golpe de 1964 e a instituição do Dia de Anchieta é apontada por Viotti apenas ao final de sua palestra:

Nossos antepassados não ficaram insensíveis diante do santo, que a Providência nos concedeu para santificar as origens desta grande pátria que nascia. Consagrando-lhe, a 9 de junho, um dia nacional, pelas mãos de seu supremo chefe civil, e após uma revolução que nos libertou da tirania do comunismo ateu, vem o Brasil de hoje demonstrar ao Mundo, que não lhe é indiferente esta bandeira espiritual, que nos vem conclamando para as ascensões do espírito, através de nossa marcha na história⁶².

A significativa presença de representantes da Igreja e de leigos católicos às sessões do Ciclo de Conferências parece confirmar a aspiração

⁶⁰ HERRERA, Salvador López. Anchieta e a fundação de São Paulo. In: ANCHIETANA. *Comissão Nacional para as Comemorações do “Dia de Anchieta”*. São Paulo: Gráfica Municipal/Divisão do Arquivo Histórico/Prefeitura do Município de São Paulo, 1965, p. 60.

⁶¹ VIOTTI, Hélio Abranches. Anchieta e as primeiras famílias de São Paulo. In: ANCHIETANA, op. cit., p. 107. Grifo nosso.

⁶² *Ibid.*, p. 114-115.

desses setores sociais pela retomada do processo de beatificação de José de Anchieta. Concomitantemente, a comissão promoveu, no Rio de Janeiro, o Congresso Anchietano, para o qual foram convidados estudiosos como Daniel Ropps, da Academia Francesa, Marcel Bataillon, do Colégio de França, Charles Boxer, da Universidade de Londres, Ernani Cidade e Damiano Peres, de Portugal, Pedro Calmon, da Universidade do Brasil, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, representantes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dos Institutos Históricos e Geográficos do Espírito Santo e da Bahia, além de representantes da Academia Brasileira de Letras e de outras instituições culturais do país. Para o evento, foram também convidados um dos cardeais da Espanha, o prefeito de Tenerife, cidade natal de Anchieta, e o governador da Guanabara, Carlos Lacerda.

O padre jesuíta Hélio Viotti – que foi o vencedor do concurso literário promovido pela Comissão Nacional – também participou desse Congresso como conferencista. Tanto em sua conferência, quanto no Prólogo da segunda edição da obra vencedora do concurso literário, ele deixa claro que divergia dos “biógrafos antigos [de Anchieta]” e que procurava “oferecer, a propósito desses fatos miraculosos, que de quando em quando afloram na nossa narrativa, os elementos humanos de credibilidade”, para que “desta nossa tentativa, surja um Anchieta mais humano e mais ligado historicamente aos empolgantes sucessos da formação cristã da nacionalidade brasileira [...]”.⁶³

Como se pode constatar, a imagem múltipla e maleável do missionário jesuíta – de santo, civilizador ou de erudito⁶⁴ – foi, desde sua morte em 1597, alvo de usos e apropriações por historiadores, literatos e homens públicos, que ressaltaram sua importância na formação religiosa e moral do povo brasileiro. Comprovando a vitalidade de “uma imagem a serviço de vários altares”⁶⁵, Anchieta foi apresentado como precursor da nacionalidade brasileira, como guardião da moral e exemplo de santidade, sendo, por isso, vinculado às condutas consideradas ideais para a sociedade brasileira em diferentes momentos da história política brasileira. A instituição do Dia de Anchieta, em 1965, parece ter sido, indiscutivelmente, um desses momentos de apropriação e uso político do pensamento e da figura do missionário, e, sobretudo, de renovação das esperanças de religiosos e leigos católicos ao verem ser retomado o processo de sua beatificação.

⁶³ VIOTTI, op. cit., p. 7.

⁶⁴ Foi a partir das comemorações do quarto centenário de sua morte, em 1997, que a imagem de Anchieta como homem afeito às letras “do erudito, do exemplo de humanista do século XVI”, um “exemplo de homem culto no Brasil do século XVI” passou a ser difundida. VILAR, op. cit., p. 134.

⁶⁵ VILAR, op. cit., p. 13.

No ano de 1966, o *Jornal do Brasil* publicou três artigos que mencionavam ações do Movimento pela Canonização de Anchieta e o apoio que este havia recebido do chanceler brasileiro Juracy Magalhães para o traslado dos ossos de Anchieta de Portugal para o Brasil. Em 1967, esse mesmo jornal noticiou que 420 parlamentares brasileiros haviam assinado um pergaminho⁶⁶ que continha um pedido⁶⁷ especial para a beatificação do jesuíta⁶⁸. Segundo a mesma fonte, a petição em forma de pergaminho “[seria] encaminhada ao Papa Paulo VI, através da Presidência do Congresso Nacional e de autoridades eclesiásticas do País”⁶⁹.

Em quatro outras ocasiões, em 1969, 1974, 1977 e 1979, o Episcopado Brasileiro voltou a encaminhar correspondência ao Papa, “propondo a dispensa dos milagres em espécie, bastando a fama dos muitos milagres contidos nos Processos”,⁷⁰ chegando a sugerir que a beatificação ocorresse no Santuário de Aparecida – a Virgem a que o vice-postulador, o padre Moutinho, havia consagrado à *causa* – durante a visita que o papa faria ao Brasil.

Data desse mesmo período, mais precisamente de 1975, o livro *Vida Ilustrada do Venerável Padre Anchieta, S. J. da Companhia de Jesus Apóstolo do Brasil*, escrito pelo padre jesuíta José da Frota Gentil e publicado pela editora Vice-postulação do V.P. Anchieta, do Rio de Janeiro. Seu autor o descreve como:

[...] o “Adão inocente”, o “Taumaturgo do Novo Mundo”. A seus pés rebentava e floria a relva, em seus ombros pousavam as pombas, sobre sua cabeça as aves estendiam um dossel de penas, ao contato de suas mãos

⁶⁶ Segundo a matéria jornalística, “a petição está escrita num pergaminho seiscentista ‘digno de figurar na Biblioteca do Vaticano’, cuja capa é um quadro onde, além do ouro, está a mensagem dirigida ao Papa e ilustrações do Padre Anchieta com representações das três fases mais importantes de sua personalidade: o poeta, o taumaturgo e o educador”. In: JORNAL do Brasil, 21 jan. 1967. *s/p*.

⁶⁷ O pergaminho dizia o seguinte: “Santíssimo Padre, os representantes do povo brasileiro, abaixo assinados humildemente prostrados em oração suplicante aos pés de vossa augusta majestade, interpretando o pensamento unânime da Nação brasileira, pedem que, pela autoridade que exerce Vossa Santidade, mande, conforme as normas do direito canônico, que seja instaurado o processo de beatificação e canonização do padre José de Anchieta, da Companhia de Jesus, popularmente chamado ‘O Apóstolo do Brasil’.” In: JORNAL do Brasil, 21 jan. 1967. *s/p*.

⁶⁸ Parece-nos que, efetivamente, José de Anchieta e seu *Dia* foram, neste momento, relegados a um segundo plano, como se constata neste trecho extraído do *Jornal do Brasil*: “Há seis meses ficou pronto o pergaminho, mas as assinaturas só foram recolhidas agora, no final da legislatura, porque houve a preocupação de só se fazer isto depois das eleições parlamentares de 15 de novembro, ‘para se evitar explorações em torno do assunto’”. Assinaram 60 senadores e 360 deputados. In: JORNAL do Brasil, 21 jan. 1967. *s/p*.

⁶⁹ Ver mais em: JORNAL do Brasil, 21 jan. 1967. *s/p*.

⁷⁰ MOUTINHO, Murilo. *A causa de beatificação do Pe. Anchieta*. Op. cit., p. 29.

caminhavam as lages, deslizavam as canoas para o mar, tornava a saúde aos enfermos, e à sua voz poderosa obedeciam as feras, abrandava-se o mar e os mortos ressuscitavam.⁷¹

Na contracapa, após a observação de que “este ligeiro trabalho, destinado a promover a Beatificação do Venerável Padre José de Anchieta, resume alguns traços interessantes dos seus escritos e de suas antigas biografias”, encontra-se a recomendação de que o leitor:

Ao receber uma graça ou milagre atribuído ao Ven. P. José de Anchieta, comunique-se com o Padre Vice-Postulador da Causa (Caixa Postal 310, ZC-00 – Rio – GB). Contribuirá, assim, para apressar o processo de Canonização do “Apóstolo do Brasil”. A mesma caixa Postal atenderá também a pedidos de material anchietano.

A reconstituição dos fatos que sucederam à divulgação da notícia da morte de Anchieta é feita no capítulo X:

Divulgando-se a notícia de sua morte, despovoaram-se as aldeias dos índios. Homens, mulheres, meninos, todos com gemidos acorreram a venerar os restos mortais de tão santo Pai. Nas ruas e praças apregoavam-lhe os feitos gloriosos, o grande amor que lhes tivera e o muito que por eles padecera, queixando-se ao Céu por serem privados daqueles que tanto amavam. Receberam-no os religiosos da Companhia em sua igreja, celebraram o ofício fúnebre com toda a solenidade e no dia seguinte cantaram a Missa, na qual o Prelado fez o elogio do defunto, narrando algumas das suas maravilhas e chamando-o Apóstolo do Brasil e Missionário Santo. [...] Com a morte do Apóstolo Taumaturgo não cessaram os prodígios: continuaram, e continuam até nossos dias, os favores celestiais que ele obtinha em vida aos que recorriam à sua intercessão.⁷²

No capítulo XX, o padre Gentil narra a “Sancta morte do P. Anchieta, e honras que se prestaram a seu cadáver”:

A nove de junho de 1597, unindo-se de intenção ás orações dos agonizantes, e com os dulcíssimos nomes de Jesus e Maria na boca, rendeu sua alma a Deus, o Venerável Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus. Tinha sessenta e quatro annos de idade; quarenta e septe de religioso, dos quais quarenta e quatro empregados no exercício das missões no Brasil. *Fechado em um ataúde, foi seu corpo, em todo o caminho, carregado aos hombros daquelles seus queridos índios, a quem elle em vida tanto amava: cada qual almejava prestar-lhe este ultimo serviço, por elles considerado como honra insigne*⁷³ (grifos nossos).

Magníficas foram as exéquias que se lhe fizeram, com a assistência de todas as Ordens da cidade. A oração fúnebre foi feita pelo Reitor da Igreja; o qual com arrebatadora eloquência teceu os louvores do servo de deus, sem recisar altamente proclamá-lo o Apóstolo do Brasil, o novo Adão, *um anjo de*

⁷¹ GENTIL, José da Frota. *Vida Ilustrada do Venerável Padre Anchieta [...]*. Rio de Janeiro: Editora da Vice-Postulação do V. P. Anchieta, 1975. p. 113.

⁷² *Ibid.*, p. 99-102.

⁷³ *Ibid.*, p. 206-207.

*pureza, e finalmente um varão consummado em perfeição, que rivalizava com os maiores Sanctos canonizados pela Sancta Igreja*⁷⁴ (grifos nossos).

Neste mesmo livro, encontramos duas orações. A primeira deveria ser feita para que o Venerável padre José de Anchieta fosse “elevado à honra dos altares”, e a segunda, para que uma graça fosse alcançada pelo devoto, através da intercessão de Anchieta. O livro de Gentil associava-se, portanto, ao esforço de religiosos e leigos, empenhados em obter evidências de milagres, para, através deles, dar continuidade à *causa* e garantir a beatificação do jesuíta.

Ó Deus, todo poderoso e benigníssimo Senhor, que sois glorificado quando vossos fiéis servos são honrados sobre a terra, *concedei-nos a graça de ver quanto antes o vosso servo José de Anchieta elevado à honra dos altares*, para que, assim como em vida com seu exemplo e fadigas apostólicas guiou para vós muitas almas, assim também com o esplendor da santidade, reconhecida por vossa Igreja, traga muitas lamas aos serviço e ao amor da vossa Divina Magestade. Pelos merecimentos de Nosso Senhor Jesus Cristo e pela intercessão da Virgem Imaculada, *ouvi a nossa prece*, ó Deus, que viveis e reinais por todos os séculos dos séculos. Assim seja⁷⁵ (grifos nossos). Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo, eu vos adoro, louvo e vos dou graças pelos benefícios que me fizestes. *Peço-vos por tudo que fez e padeceu o vosso Servo José de Anchieta, que aumenteis em mim a Fé, a Esperança e a Caridade, e vos digneis conceder-me a graça que ardentemente desejo. Três Pater, Ave e Gloria*⁷⁶ (grifos nossos).

A beatificação, contudo, se deu somente cinco anos depois da publicação da obra do padre Gentil, quando Anchieta teve sua obra e fama reconhecidas pelo Papa João Paulo II⁷⁷, independentemente da comprovação de milagres⁷⁸. O júbilo diante do tardio reconhecimento não impediu que o padre Murillo Moutinho afirmasse, em tom de desabafo que era “fácil para Deus fazer um Santo! Difícil [era] a Igreja declará-lo! Quantos milhões se foram nessa Causa?”⁷⁹.

⁷⁴ Ibid., p. 209.

⁷⁵ Ibid., p. 117.

⁷⁶ Ibid., p. 120.

⁷⁷ Vale lembrar que a beatificação se deu durante o segundo ano do governo do general João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), que deu início ao processo de redemocratização, encerrando 21 anos de ditadura militar no Brasil, e que foi, também, durante este período que a Igreja Católica de São Paulo, sob a liderança do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, deu início à investigação dos processos judiciais militares, da qual resultou a monumental obra Brasil: Nunca Mais, coleção composta por vários volumes, que descreve e analisa minuciosamente a repressão policial militar ao longo da ditadura.

⁷⁸ Atualmente, há em relação aos processos de beatificação e de canonização “uma tendência em valorizar o exemplo de vida dos santos e a heroicidade religiosa de seus atos, e não apenas sua capacidade em conceder graças e operar milagres”, sendo observadas as normas promulgadas em 1983, pelo papa João Paulo II. Ver mais em: SOARES, op. cit., p. 38.

⁷⁹ MOUTINHO, op. cit., p. 32.

Considerações finais

Nos anos que se seguiram à beatificação, o empenho pela *causa* da canonização de Anchieta se manteve e, agregando-se aos esforços da Associação Pró-Canonização de Anchieta, nas últimas décadas do século XX e nas primeiras do século XXI, algumas editoras, sobretudo, a Paulinas e a Loyola, reeditaram e lançaram biografias de José de Anchieta. Dentre elas, cabe destacar as obras *Anchieta* (originalmente de 1967 e relançada em 1978), de Renato Sêneca Fleury; *O Bem Aventurado Anchieta* (1980), *Um carismático que fez história* (1997) e *Anchieta: mensageiro da vida* (2001) do padre Armando Cardoso, e *José de Anchieta: poeta e Apóstolo* (2003), de Luciano Ramos.

Em 2004, a atuação missionária de José de Anchieta foi lembrada durante as comemorações dos 450 anos da cidade de São Paulo, tendo sido, inclusive, referida no enredo da escola de samba Gaviões da Fiel no Carnaval daquele ano. O enredo “Ideias e paixões: combustível das revoluções” teve em um dos seus versos a seguinte passagem: “O Eldorado sonhado desperta a cobiça [...] por nosso tesouro. A proteção vem da fé. E o índio agradece, obrigado José!” Além disso, foram organizadas uma exposição de 17 cartas originais de Anchieta – retiradas pela primeira vez do Arquivo Histórico da Companhia de Jesus, no Vaticano –, e a mostra *Os empreendedores: de Anchieta aos Novos Tempos*, realizada no Pátio do Colégio, local da fundação da cidade de São Paulo. Essas comemorações, realizadas quando já haviam se passado 24 anos de sua beatificação, parecem revelar o quanto se mantinha viva a imagem de José de Anchieta na memória da população brasileira.

Foram 417 anos de espera. Em abril de 2014, o padre José de Anchieta finalmente foi declarado santo pelo Vaticano. O reconhecimento pôs fim a um dos mais longos processos de canonização da história, iniciado logo após sua morte, em 1597. Para assinar o decreto, o papa Francisco abriu mão da comprovação dos milagres. Anchieta não tem nenhum. Mas, para o vice-postulador da *causa*, padre César Augusto, “em vida ele conseguiu vários [...] após sua morte são inúmeros os milagres e as graças atribuídas por sua intercessão”⁸⁰.

No Brasil, segundo ele, pelo menos três milagres atribuídos a Anchieta estavam sendo acompanhados pela Igreja Católica, mas a dificuldade em comprová-los levou a uma mudança de estratégia. A alternativa foi investir na amplitude da devoção e provar que Anchieta já

⁸⁰ SANTOS, César Augusto apud BENEVIDES, Bruno. Fundador de São Paulo, padre Anchieta será canonizado. *Folha de S. Paulo*. Poder. 9 mar. 2015. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1422767-fundador-de-sp-padre-anchieta-sera-canonizado.shtml?mobile>>. Acesso em: 9 mar. 2015.

tinha seguidores e fiéis, estratégia que parece ter dado certo: “Podemos assegurar, com nomes e endereços, que Anchieta possui mais de cinquenta devotos e multiplicadores de sua causa em cada Estado, sem falarmos da forte devoção nas Ilhas Canárias”⁸¹, afirmou padre César Augusto.

Se, em artigo divulgado na revista *Veja*, em 1º de outubro de 1997, o padre César Augusto dos Santos – então presidente da Comissão do IV Centenário de Morte de Anchieta – declarou que, mais do que as virtudes de literato, dramaturgo e autor da pioneira gramática da língua Tupi, ele preferia exaltar a atuação de Anchieta como um religioso que “não impôs a cultura europeia aos indígenas e demonstrou flexibilidade na catequização dos nativos”⁸², a canonização do missionário jesuíta em 2014 parece ter, de fato, consagrado – como bem observado por Luiz Felipe de Alencastro – não apenas uma imagem de José de Anchieta⁸³, mas, também, uma memória sobre a atuação da Companhia de Jesus na América portuguesa⁸⁴.

Recebido em: 9 de dezembro de 2015.

Aprovado em: 4 de fevereiro de 2016.

⁸¹ SANTOS In: BENEVIDES, op. cit.

⁸² EM BUSCA do prodigioso. In: Revista *Veja*, p. 46, 1º out. 1997.

⁸³ As descrições laudatórias que as vidas e as mortes de alguns padres ou irmãos jesuítas mereceram apontam para a valorização de determinadas virtudes e condutas que deveriam ser almeçadas e observadas pelos demais membros da Ordem. Mais do que um chamamento ao apostolado, a vida ou a morte virtuosa – ou decorrente de martírio – de um missionário jesuíta deveria ser percebida como a experiência concreta da mística salvacionista da Companhia de Jesus.

⁸⁴ A enfática reafirmação da inabalável fé dos jesuítas no cumprimento de sua missão é padrão narrativo na documentação produzida pela Companhia de Jesus, que tinha, dentre seus objetivos, o enaltecimento da própria Ordem e de sua obra evangelizadora. O destaque dado às atuações exemplares de alguns missionários, como as que encontramos descritas nos necrológios inseridos nas Cartas Anuais e nas biografias produzidas em tempos variados, parece apontar para a reiteração da conduta virtuosa definida por Inácio de Loyola, tanto para os membros Companhia, quanto para aqueles que buscavam a garantia da salvação da alma.